



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

**PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS
TUTELARES DE ONÇA DE PITANGUI**

**REALIZAÇÃO: 23/06/2019
PROVA DE CONHECIMENTOS**

**CADERNO DE PROVAS
GABARITO TIPO
1**

(Marque o tipo de gabarito na sua folha de respostas)

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE ONÇA DE PITANGUI

NOME DO CANDIDATO (letra legível): _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

INSTRUÇÕES GERAIS

(LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES)

- 1- Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 30 minutos iniciais.
- 2- Para chamar o Fiscal, levante o braço.
- 3- A prova consistirá de 30 (trinta) questões com quatro alternativas (**A, B, C e D**), das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão- resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Utilize somente caneta azul ou preta.

Ex.:

A	B	C	D
---	----------	---	---

- 4- Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer assinalação diferente.
- 5- Na prova, você poderá escrever, riscar, rasurar etc.
- 6- O candidato NÃO poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões. As reclamações deverão ser encaminhadas posteriormente à realização da prova, através de recurso perante a comissão organizadora das eleições.
- 7- Não será permitido fumar durante a realização da prova, bem como utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.
- 8- Durante a prova é vedado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A fraude ou tentativa, a indisciplina, o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que desclassificarão o candidato.
- 9- A prova terá duração de 3hs (três horas). Não haverá tempo extra para preenchimento da folha de respostas, ou seja, no tempo de prova está incluído o tempo para preenchimento das respostas.
- 10- O fiscal indicará quando faltar 30 (trinta) minutos para o término do tempo para realização da prova.
- 11- Ao terminar, entregue ao chefe de sala a prova e o **cartão-resposta** assinado, que é o único documento válido para correção.
- 12- O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova após 30 (trinta minutos) do início da mesma.
- 13- O candidato NÃO poderá levar o caderno de prova.
- 14- A divulgação do gabarito desta prova ocorrerá no dia **24/06/2019** na sede da Prefeitura Municipal de Onça de Pitangui.

Boa Sorte!



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

QUESTÃO 01- Nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar é:

(A) órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente).

(B) órgão permanente e dependente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente).

(C) órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente).

(D) órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo poder público de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente).

QUESTÃO 02- Está correto afirmar, **EXCETO**:

(A) Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), a pessoa até doze anos de idade incompletos.

(B) Considera-se adolescente, para os efeitos da Lei nº 8.069, de 13 de julho

de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), a pessoa entre doze e dezoito anos de idade.

(C) A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente) dispõe sobre a proteção parcial à criança e ao adolescente.

(D) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

QUESTÃO 03- Acerca da escolha dos Conselheiros é correto afirmar:

(A) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 5 (cinco) anos, no segundo domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

(B) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

(C) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, exceto brindes de pequeno valor.

(D) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 02 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

QUESTÃO 04- São atribuições do Conselho Tutelar, **EXCETO:**

(A) Atender as crianças, adolescentes e idosos nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente).

(B) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

(C) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

(D) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

QUESTÃO 05- Nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

(A) Pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

(B) Pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

(C) Pelo Ministério Público a pedido de quem tenha legítimo interesse.

(D) Pela Poder Executivo Municipal a pedido de quem tenha legítimo interesse.

QUESTÃO 06- Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho

Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a:

(A) Gozo de férias semestrais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal.

(B) Licença para tratar de assuntos pessoais de extrema importância.

(C) Licença-paternidade.

(D) Seguro desemprego.

QUESTÃO 07- Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos, **EXCETO:**

(A) Reconhecida idoneidade moral.

(B) Idade superior a vinte e um anos.

(C) Residir no município.

(D) Instrução completa do ensino superior.

QUESTÃO 08- Nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá:

(A) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 10 (dez) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

(B) No mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

de 10 (dez) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

(C) No mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

(D) No máximo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 15 (quinze) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

QUESTÃO 09- São impedidos de servir no mesmo Conselho, **EXCETO:**

(A) Sogro e genro ou nora.

(B) Apenas os ascendentes, não existindo tal impedimento no que se refere aos descendentes.

(C) Cunhados, durante o cunhadio.

(D) Padrasto ou madrasta e enteado.

QUESTÃO 10- Conforme artigo 15, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

Considerando o disposto, o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, **EXCETO:**

(A) Brincar, praticar esportes e divertir-se.

(B) Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.

(C) Buscar refúgio, auxílio e orientação.

(D) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, independente de restrições legais.

QUESTÃO 11- Em relação ao Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade da criança e do adolescente, é correto afirmar:

(A) O direito à liberdade compreende entre outros aspectos, o direito à crença e culto religioso.

(B) O direito ao respeito consiste na violação da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

(C) É dever apenas dos pais velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

(D) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados com o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante.

QUESTÃO 12- Para os fins da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

(A) Humilhe.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

- (B) Ameace de forma não grave.
- (C) Castigue de forma moderada.
- (D) Chame a atenção, sem ridicularizar.

QUESTÃO 13- O Conselho Tutelar do Município de Estrelinhas do Céu tomou conhecimento de que no estabelecimento X uma criança de 10 (dez) anos, está trabalhando diariamente como faxineira. Nesta hipótese, deve o Conselho Tutelar, primeiramente:

- (A) Verificar se a criança necessita da aplicação de medidas protetivas de urgência, tais como cuidados médicos ou de acolhimento institucional justificado por indícios de violência física decorrente da exploração do trabalho infantil.
- (B) Informar o Ministério Público do Trabalho.
- (C) Encaminhar a criança aos pais ou responsáveis.
- (D) Verificar se a criança é moradora do Município de Estrelinhas do Céu.

QUESTÃO 14- Um adolescente de 15 (quinze) anos, mediante violência, subtraiu um relógio de um homem que se encontrava parado em um ponto de ônibus, cometendo, assim, ato infracional análogo a roubo. Durante a ação, policiais passavam pelo local. O adolescente fora apreendido em flagrante.

Neste caso, a autoridade policial, sem prejuízo das demais disposições legais, deverá:

- (A) Lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente.

- (B) Apreender o produto e os instrumentos da infração.

- (C) Requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.

- (D) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

QUESTÃO 15- Após reiteradas faltas injustificadas de Zeca, aluno matriculado no ensino fundamental, a Escola Municipal de Estrelinhas do Céu aplicou medidas pedagógicas, buscando, em conjunto com a família do aluno, soluções para que ele voltasse a frequentar regularmente as aulas. Entretanto, não se obteve êxito, tendo sido esgotados os recursos escolares.

Neste caso, nos termos do ECA, deverá o dirigente do estabelecimento de ensino:

- (A) Comunicar à Secretaria Municipal de Educação.
- (B) Comunicar o juiz titular da vara da infância e da juventude.
- (C) Comunicar o Conselho Tutelar do Município.
- (D) Comunicar o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município.

QUESTÃO 16- Joaquim, criança de seis anos de idade, foi encontrada por um conselheiro tutelar, caminhando sozinha pelas ruas do Município de Estrelinhas do Céu.

A primeira medida específica de proteção a ser aplicada pelo Conselho Tutelar será:

(A) O encaminhamento da criança a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, em decorrência natural da caracterização do abandono.

(B) o encaminhamento da criança aos pais ou ao responsável, mediante termo de responsabilidade.

(C) a inclusão da criança em serviço e programa oficial ou comunitário de proteção, apoio e promoção da família e da criança.

(D) a orientação, o apoio e o acompanhamento temporários.

QUESTÃO 17- Chegou ao conhecimento do Conselho Tutelar que Pedrinho, adolescente de 12 (doze) anos, sofre castigos físicos recorrentes por parte de seus pais.

Neste caso, deverá o Conselho Tutelar aplicar as seguintes medidas, sem prejuízo de outras providências legais, **EXCETO:**

(A) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

(B) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

(C) Obrigação de encaminhar os pais a tratamento especializado.

(D) Advertência.

QUESTÃO 18- O dirigente de um estabelecimento de ensino fundamental do Município de Estrelinhas do Céu, não comunicou ao Conselho Tutelar do Município que o aluno, Joaquim, apresenta elevado nível de repetência, pois, segundo o dirigente, questões

como essa são de competência única e exclusiva da escola e dos pais do aluno.

Diante do caso narrado, marque a alternativa **CORRETA:**

(A) O dirigente está correto, pois o estabelecimento de ensino tem total autonomia e nenhuma obrigação de comunicar ao Conselho Tutelar sobre o assunto.

(B) O dirigente está correto, pois de acordo com o artigo 56 do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar apenas os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

(C) O dirigente está correto, pois de acordo com o artigo 56 do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência, apenas quando esgotados os recursos escolares, o que não é o caso.

(D) O dirigente não está correto, pois o artigo 56 do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

QUESTÃO 19- O Conselho Tutelar, levou ao conhecimento do judiciário, que uma família residente no Município estava passando necessidades básicas. A família era composta pelos pais e duas crianças. O casal, estava desempregado há mais de 8 (oito) meses, e os trabalhos eventualmente realizados por ele não eram suficientes para prover à família. Diante do caso,

fora decretado judicialmente a perda do poder familiar.

Considerando o caso narrado, é correto afirmar que:

(A) A falta ou a carência de recursos materiais como motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar deve ser comprovada mediante o devido processo legal perante a autoridade judiciária competente.

(B) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar.

(C) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar.

(D) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar, não sendo necessário a garantia ao contraditório e a ampla defesa.

QUESTÃO 20- Chegou ao conhecimento do Conselho Tutelar que o estabelecimento denominado “Casa do Pescador” estaria vendendo estalinhos à crianças e adolescentes.

Considerando o caso narrado, marque a alternativa correta:

(A) O Conselho Tutelar deverá tomar as medidas legais cabíveis, uma vez que o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente determina que é proibida a venda à criança ou ao adolescente de armas, munições e explosivos.

(B) O Conselho Tutelar deverá tomar as medidas legais cabíveis, uma vez que o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente determina que é proibida a venda à criança ou ao adolescente de

fogos de estampido e de artifício de qualquer tipo.

(C) O Conselho Tutelar deverá tomar as medidas legais cabíveis, pois mesmo possuindo o estalinho um reduzido potencial e sendo incapaz de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida, o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe sua comercialização à criança ou ao adolescente.

(D) Não há necessidade de atuação do Conselho Tutelar no caso em tela, pois, de acordo com o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente é proibida a venda à criança ou ao adolescente de fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida, se enquadrando nessa exceção, o estalinho.

QUESTÃO 21- No Município de Estrelinha do Céu, Paulo, criança de 11 anos, vem sofrendo castigos imoderados e situações de abandono por parte de seus pais.

Diante da gravidade da situação, entendeu-se como medida necessária a perda do poder familiar, que será decretada:

(A) Pelo Conselho Tutelar.

(B) Pelo Ministério Público.

(C) Pelo juiz.

(D) Pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

QUESTÃO 22- O Prefeito do Município de Estrelinhas do Céu, por questões financeiras, decretou a extinção do Conselho Tutelar do Município.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

Diante da hipótese é correto afirmar que:

(A) A decisão do Prefeito foi acertada, pois a manutenção do Conselho Tutelar estava onerando o Município.

(B) A decisão do Prefeito foi incorreta, pois o Conselho Tutelar só pode ser extinto através de Lei Municipal.

(C) O ato praticado pelo Prefeito é nulo, pois o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo.

(D) A decisão do Prefeito foi incorreta, pois o Conselho Tutelar só pode ser extinto por decisão do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

QUESTÃO 23- Os adolescentes Pedro, Maria, Breno e Laís, pretendiam viajar para diferentes destinos. Ao tentar embarcar, todos os adolescentes foram impedidos de realizar as respectivas viagens.

Em qual das hipóteses abaixo, o adolescente foi corretamente impedido de viajar?

(A) Pedro, de 12 anos de idade, quando tentava embarcar para o exterior acompanhado de seus pais.

(B) Maria, de 14 anos de idade, quando tentava viajar para outro município de sua região metropolitana, desacompanhada de seus pais.

(C) Breno, de 16 anos de idade, quando tentava viajar sozinho para um município de outro estado da Federação.

(D) Laís, de 17 anos de idade, quando tentava viajar para outro país, acompanhada de sua tia, estrangeira

residente no exterior, porém, sem autorização judicial.

QUESTÃO 24- Joaquim tem 13 anos, cursa o 8º ano do ensino fundamental no período da manhã e trabalha como soldador em uma oficina no período da tarde.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, e com a Constituição Federal, em relação ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho, assinale a alternativa correta:

(A) O adolescente só pode trabalhar após completar 18 anos.

(B) É proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

(C) O adolescente pode trabalhar em qualquer faixa etária, desde que frequente um curso de capacitação profissional.

(D) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

QUESTÃO 25- Ana e Paulo são casados há menos de um ano. Ambos se inscreveram como candidatos para o processo unificado de escolha de conselheiros tutelares do Município de Estrelinhas do Céu. Após cumprirem todas as etapas do Processo, ambos foram eleitos Conselheiros Tutelares.

Diante do caso narrado, marque a alternativa correta:

(A) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, marido e



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

mulher, desde que devidamente casados em cartório, podem servir no mesmo Conselho. Portanto, não há impedimentos para que Ana e Paulo atuem no mesmo Conselho.

(B) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, marido e mulher, desde que devidamente casados em cartório há mais de um ano, podem servir no mesmo Conselho. Portanto, há impedimentos para que Ana e Paulo atuem no mesmo Conselho.

(C) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, marido e mulher são impedidos de servir no mesmo Conselho. Portanto, Ana e Paulo não podem servir juntos no Conselho Tutelar do Município de Estrelinhas do Céu.

(D) De acordo com o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, marido e mulher não são impedidos de servir no mesmo Conselho. Portanto, Ana e Paulo podem servir no Conselho Tutelar do Município de Estrelinhas do Céu.

QUESTÃO 26- Em um curso preparatório realizado aos novos Conselheiros Tutelares do Município de Estrelinhas do Céu, fora falado que são aplicáveis medidas de proteção à criança e ao adolescente sempre que os direitos reconhecidos no ECA- Estatuto da Criança e Adolescente, forem ameaçados ou violados.

Nos termos do artigo 98 do ECA, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados:

(A) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

(B) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.

(C) em razão de sua conduta.

(D) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

QUESTÃO 27- Autoridade competente da Comarca de Estrelinhas do Céu, verificou que João, adolescente de 15 (quinze) anos, praticou um ato infracional.

Nos termos do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, poderá a autoridade competente aplicar ao adolescente as seguintes medidas, **EXCETO:**

(A) Advertência.

(B) Obrigação de reparar o dano.

(C) Prestação de serviços à comunidade.

(D) Liberdade não assistida.

QUESTÃO 28- Pedro, criança de 10 (dez) anos de idade, vem apresentando problemas de comportamento durante as aulas. A Escola Municipal de Estrelinhas do Céu, tentou inúmeras vezes contato com os pais do garoto, sem sucesso. Os pais parecem não se importar com a situação do filho. Diante do caso, o dirigente da Escola acionou o Conselho Tutelar do Município. Pode o Conselho Tutelar atuar neste caso?

(A) Sim, pois quando os pais não se interessam pelos problemas dos filhos, isso pode ser sinal de negligência, abandono ou de outras situações familiares. Nesse caso, cabe ao Conselho Tutelar intervir junto à



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

família do aluno, aplicando as medidas necessárias previstas nos artigos 101 e 129 do ECA.

(B) Não, pois este é um problema da escola.

(C) Não, pois quando os pais não se interessam pelos problemas dos filhos, a escola deve proibir a frequência da crianças nas aulas.

(D) Não, pois a obrigação da Escola é continuar tentando o apoio dos pais.

QUESTÃO 29- Uma gestante, de 25 (vinte e cinco) anos de idade, procurou o Conselho Tutelar de seu município, manifestando interesse de entregar seu filho para adoção assim que nascesse.

De acordo com o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar deverá:

(A) Obrigatoriamente, encaminhar a gestante, sem constrangimento, à Polícia Civil.

(B) Obrigatoriamente, encaminhar a gestante, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

(C) Encaminhar a gestante, sem constrangimento, à Justiça do Trabalho.

(D) Obrigatoriamente, encaminhar a gestante, sem constrangimento, ao CMDCA- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

QUESTÃO 30- Vizinhos suspeitam que Fátima submete seus dois filhos, Ana e Paulo (4 e 6 anos), a castigos físicos, tratamentos cruéis e maus-tratos. Embora não tenham presenciado, vários vizinhos mais próximos, relatam

que as crianças choram e gritam muito e por várias horas.

Diante do caso narrado, deve os vizinhos comunicar ao Conselho Tutelar?

(A) Sim, pois conforme determina o ECA, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

(B) Não, pois conforme determina o ECA, apenas os casos de confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.

(C) Não, pois conforme determina o ECA, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

(D) Sim, embora não seja obrigatório, pois conforme determina o ECA, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente poderão ser, facultativamente, comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente Onça de Pitangui

**PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS
TUTELARES DE ONÇA DE PITANGUI**

PROVA DE CONHECIMENTOS

CADERNO TIPO

1

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

QUESTÕES	ALTERNATIVAS			
01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D